



Na Mídia

23/11/2023 | [Valor Econômico](#)

Minas pode repassar Cemig e Copasa à União para pagar dívida

Ações das duas estatais caem com fala de Zema; analistas criticam federalização, mas apontam que mudança não será repentina

Julia Lindner | Caetano Tonet | Marcela Cunha | Estevão Taiar | Taís Hirata | Ana Beatriz Bartolo | Victoria Netto | Victor Meneses | Marta Watanabe



O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), sinalizou ontem que poderá federalizar empresas do Estado como forma de pagar sua dívida pública à União - proposta feita pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A manifestação provocou forte reação negativa do mercado. As ações da Cemig fecharam o pregão em queda

de 9,7%, cotadas em R\$ 11,35, o menor preço desde 6 de abril. Já a Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) encerrou o dia em baixa de 2,8%, a R\$ 18,17.

“Tem todas as condições. Estamos bastante otimistas”, disse Zema, após reunião com Pacheco no Senado, na parte da tarde. “Estamos de acordo”, acrescentou, ao ser indagado sobre o repasse de ativos do Estado para a União. Mais tarde - após a reação do mercado financeiro à fala -, o governador recuou e disse que “não há nada definido” sobre a federalização, ao ser questionado sobre o tema, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília.

Na terça-feira (21), Pacheco havia apresentado uma proposta formal ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que ativos do Estado fossem usados como pagamento de dívidas à União.

A ideia é uma alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). “A proposta busca utilizar os ativos que o Estado dispõe para quitação da dívida”, defendeu Pacheco. “As premissas estão lançadas, é um conceito que reputo sustentável e equilibrado para dar a efetiva solução ao problema, ao invés de empurrar o problema para daqui a nove anos.”

Paralelamente à proposta de Pacheco, o Estado enviará um ofício ao Ministério da Fazenda. A ideia é que Estado e União peçam juntos ao Supremo Tribunal Federal (STF) “uma forma de prorrogar” o prazo para Minas Gerais aderir ao atual modelo do RRF, segundo o governador Romeu Zema (Novo). O prazo acaba em 20 de dezembro.

Dessa forma, o governo ganharia tempo para decidir entre a proposta de Pacheco ou o modelo atual do RRF.

Hoje, Zema enfrenta dificuldades para aprovar a adesão ao RRF na Assembleia Legislativa do Estado. Isso porque o regime, que possibilita a Estados em situação de grave desequilíbrio fiscal usufruir de benefícios como a flexibilização de regras fiscais, acesso a operações de crédito e suspensão do pagamento de dívidas, requer também compromissos como alienação de ativos, redução de incentivos fiscais e instituição de regras para licitar o crescimento anual de despesas à inflação.

Atualmente Minas Gerais tem o terceiro maior nível de endividamento entre os governos, atrás apenas do Rio Grande do Sul, em primeiro lugar, e do Rio de Janeiro. A Dívida Consolidada Líquida (DCL) do governo mineiro equivale a 155% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado.

“Tem todas as condições. Estamos de acordo [com a federalização]”

Romeu Zema

A manifestação de Zema sobre a federalização das estatais pegou o mercado de surpresa, porque, até então, os sinais do governador iam na direção contrária, de privatizar suas duas principais companhias, a Cemig e a Copasa.

Para o BTG Pactual, caso a federalização se concretize “a Cemig passaria a ser a Eletrobras que o governo não conseguiu ter”, segundo analista que pediu anonimato. Considerando o valor de mercado de R\$ 30 bilhões da Cemig e a participação do Estado de 17%, o valor de R\$ 5 bilhões correspondente que passaria a ser federalizado seria “irrisório” perto do déficit de R\$ 160 bilhões do Estado com a União, disse ele.

O analista e sócio-fundador da Ajax Asset, Rafael Passos, também observou que o ruído sobre as companhias é negativo. “Com a entrada da União, teríamos uma mudança drástica de gestão em termos estratégicos, e isso é péssimo. As empresas vinham com um trabalho bem forte de venda de ativos não estratégicos, busca por eficiência, melhoria de rentabilidade e margens, refletindo a melhora operacional”, disse.

A potencial mudança na administração da Cemig também é destacada como um ponto negativo por Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, caso o governo federal assumira a gestão da empresa mineira.

“A administração da Cemig vem tendo um desempenho sólido, mesmo sendo uma companhia estadual. A empresa vem tentando se aproximar dos seus pares privados e a federalização seria uma ruptura no processo de ganho de eficiência realizado nos últimos anos”, afirmou Arbetman.

Apesar das críticas, analistas de mercado apontam que nenhum movimento nesse sentido se dará de forma repentina. “Vemos uma potencial federalização como muito negativa para Cemig e Copasa, pois provavelmente resultaria em uma mudança na equipe de gestão e nos planos estratégicos dessas empresas. Porém, dado o caminho desafiador da federalização, não entraríamos em pânico com esta notícia”, escreveu o Itaú BBA em relatório.

A federalização das empresas não será um processo trivial e poderia gerar questionamentos, porém, é algo bastante factível, segundo advogados. Do ponto de vista legal, seria necessário obter autorização legislativa, “tanto do Congresso Nacional, para a União comprar, quanto da Assembleia Legislativa, para a transferência das ações”, afirmou Rosi Costa Barros, sócia da área de Energia do Demarest.

Na avaliação de Fernando Marcato, professor da FGV Direito e ex-secretário de Infraestrutura de Minas Gerais, não seria necessário nem mesmo uma lei federal. Porém, mesmo que haja essa necessidade, não seria algo desafiador. “Na prática não é difícil.”

Do lado estadual, pode haver questionamentos sobre a necessidade de alterar a Constituição para permitir a federalização, porém, estes dificilmente se sustentam, afirmou Gustavo Magalhães, sócio do Madrona Fialho.

O argumento que tem sido usado é que a Constituição do Estado exige a realização de referendo popular em caso de “desestatização”. Aqueles que são contrários à federalização querem emplacar uma interpretação do termo “desestatização”, não como privatização, mas como perda do controle do Estado. “Porém, a tese tem mais cunho político de criar um óbice do que um argumento jurídico forte”, disse.

Outro possível questionamento, que poderia eventualmente impactar Copasa, seria referente aos contratos firmados pelos municípios com a companhia, que são baseados em convênio com o Estado, observa Marcato. “Há um risco de municípios questionarem porque, lá atrás, a operação foi transferida ao Estado”, disse ele. Já Magalhães avalia que o risco não deverá gerar impactos relevantes porque os contratos de programa são firmados pela própria Copasa, e não pelo Estado.

